

**Anais da 14<sup>a</sup> Jornada de  
Iniciação Científica da  
Fundação Casa de Rui  
Barbosa**

**2019**

**Resumos expandidos**

## **14ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA (FCRB)**

Data: **14 e 15 de agosto de 2019** – 10h às 17h

Local: Sala de Cursos da FCRB

### **Dia 14 de agosto (quarta-feira)**

10h - **Abertura da Jornada:** Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica (Eliane Vasconcellos - coordenadora, Laura do Carmo e Tânia Sobreira Dias)

### **POLÍTICAS CULTURAIS E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Avaliador externo: Gustavo Saldanha (Ibict/MCTIC e UNIRIO)

Mediação: Eula Dantas Taveira Cabral

10h10min [A cultura e as políticas culturais nos programas de governo de Bolsonaro e dos 12 candidatos à Presidência da República de 2018](#)

Bolsista: Luana Matos do Nascimento (História / Universidade Federal Fluminense – UFF)

Orientadora: Eula Dantas Taveira Cabral

10h20min [Programação televisiva e diversidade cultural](#)

Bolsista: Thainá Queiroz Alves (Ciências Sociais / Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Orientadora: Eula Dantas Taveira Cabral

10h30min [Regulamentação da TV brasileira](#)

Bolsista: Karen Barboza Santarem Rodrigues (Jornalismo / Universidade Federal Fluminense - UFF)

Orientadora: Eula Dantas Taveira Cabral

10h40min [Análise dos artigos do X Seminário Internacional de Políticas Culturais](#)

Bolsista: Carolina Costa Moreira (Ciências Sociais / Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ)

Orientadora: Lia Calabre

10h50min [O Conselho Nacional do Ministério Público como uma agência de accountability](#)

Bolsista: Dâmaris Burity Jeronimo (Ciência Política / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Orientador: Fábio Kerche

11h [Os limites da hospitalidade kantiana](#)

Bolsista: Juan Acácio Garrido Tavares (Filosofia / Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ)

Orientador: Charles Pontes Gomes

11h10min [Teatro legislativo e o direito de refúgio no Brasil: notas de \*Uma Odisseia\*](#)  
Bolsista: Daniel Cavalcanti Pimentel (Direito / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)  
Orientador: Charles Pontes Gomes

11h20min às 12h - **Debate com avaliador externo**

12h às 14h – **Intervalo para almoço**

## **ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO**

Avaliador externo: Maria Luisa Soares (UFRJ)  
Mediação: Ana Pessoa

14h [Conservação preventiva em museus-casas: diretrizes para uma política de preservação baseada na prevenção — gerenciamento e análise de dados](#)

Bolsista: Alice Mantuano Domingos da Silva (Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)  
Orientadora: Cláudia Suely Rodrigues de Carvalho

14h10min [Instruções Técnicas](#)

Bolsista: Victoria Vieira da Fonseca (Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal Fluminense - UFF)  
Orientadora: Cláudia Suely Rodrigues de Carvalho

14h20min [Reformulação da ficha de diagnóstico aplicada ao acervo bibliográfico do Museu Casa de Rui Barbosa](#)

Bolsista: Paula Mascarenhas de Sá (Conservação e Restauração / Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)  
Orientador: Edmar Moraes Gonçalves

14h30min [Carlos Fernando Delphim e o jardim histórico no Brasil: gênese e prática de um conceito](#)

Bolsista: Isabelle Fontaine (Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal Fluminense – UFF)  
Orientadora: Ana Pessoa

14h40min [A multiplicidade do profissional de Letras](#)

Bolsista: Madjory de Almeida Pereira (Letras / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)  
Orientadora: Ana Pessoa

14h50 – 15h15min – **Debate com avaliador externo**

## **CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ARQUIVO E MUSEU**

Avaliador externo: Marcus Granato (MAST)  
Mediação: Aparecida Rangel

15h20min [\*\*O Malho, o Rubi e a história\*\*](#)

Bolsista: Thomás Augusto Rangel de Lima (História / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Orientadora: Ana Lígia Medeiros

15h30min [\*\*Tipologia documental na base de dados internacional: Archives Nationales de la France\*\*](#)

Bolsista: Cecilia de Araujo Capetine Fiore (Arquivologia / Universidade Federal Fluminense - UFF)

Orientadora: Lúcia Maria Velloso de Oliveira

15h40min [\*\*Construção de trajetória dos usos das viaturas do acervo do Museu Casa de Rui Barbosa: um caminho para a transposição didática\*\*](#)

Bolsista: João Paulo Alves Barreto (Museologia / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Orientadora: Márcia Pinheiro Ferreira

15h50min – 16h10min – **Debate com avaliador externo**

### **Dia 15 de agosto (quinta-feira)**

#### **LETRAS E HISTÓRIA**

Avaliador externo: Marcelo dos Santos (UNIRIO)

Mediação: Eliane Vasconcellos

14h [\*\*Minha experiência no projeto Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa\*\*](#)

Bolsista: Carla Oliveira (Letras / Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ)

Orientadora: Laura do Carmo

14h10min [\*\*Rui Barbosa: entre leituras e memórias\*\*](#)

Bolsista: Ana Carolina da Silva Duarte (História / Universidade Federal Fluminense – UFF)

Orientadora: Laura do Carmo

14h20min [\*\*O processo de escrita de Rui Barbosa\*\*](#)

Bolsista: Danielle Cruz (Letras / Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ)

Orientadora: Laura do Carmo

14h30min [\*\*Modos e modas por debaixo das anáguas: moralismo, higienismo e patriotismo nos escritos de Corina Coaraci\*\*](#)

Bolsista: Breno Pagoto de Oliveira (História / Universidade Federal Fluminense - UFF)

Orientadora: Eliane Vasconcellos

10h40min [Quem são os coautores da \*Obra Nova da Língua Geral de Mina: entendendo o conceito de Gbe\*](#)

Bolsista: Lucas Sampaio Costa Souza (História / Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

14h50min [A produção do conhecimento sobre as línguas Gbe: uma comparação entre Antônio da Costa Peixoto \(1731/1741\) e Maurice Delafosse \(1894\)](#)

Bolsista: Ana Luíza Guimarães Ribeiro (História / Universidade Federal Fluminense - UFF)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

15h [Rui Barbosa: abolição e liberalismo](#)

Bolsista: Jheniffer Ribeiro (História / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Orientador: José Almino de Alencar

15h10 – 15h45 – **Debate com avaliador externo**

**Nome:** Luana Matos do Nascimento

**Título:** [A Cultura e as Políticas Culturais nos programas de Governo de Bolsonaro e dos 12 candidatos à presidência da República de 2018](#)

**Curso:** História (licenciatura) - UFF

**Orientadora:** Eula Dantas Taveira Cabral

**Projeto:** Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados.

**Fonte de financiamento:** FCRB

**Período:** agosto de 2018 a julho de 2019. 2º ano.

Na 14ª Jornada de Iniciação Científica irei apresentar os resultados de minha atuação como bolsista no projeto “Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados”, sob orientação da Dra. Eula D. T. Cabral, que tem como foco a Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC). O objetivo é “analisar a concentração da mídia no Brasil, verificando as estratégias dos conglomerados, o papel do governo e demandas das organizações sociais que defendem a democratização da comunicação e a diversidade cultural” (CABRAL, 2018, p. 8).

O projeto leva em consideração três estratégias: 1. pesquisa científica; 2. eventos relacionados à área de EPCC; 3. *Site* EPCC com notícias, pesquisas, eventos e legislação nacional e internacional sobre a temática estudada. A meta é chegar à sociedade civil, mostrando a importância de uma mídia democrática para que os indivíduos tenham espaço para lutar pelos seus direitos, principalmente no que tange à comunicação e à cultura.

Como o tema é abrangente, depois de reuniões, leituras e debates, cada uma das participantes trabalharam com um dos candidatos à presidência da República da eleição de 2018. No meu caso e da Karen Rodrigues trabalhamos com todos os candidatos, mas o meu enfoque foi o atual presidente Jair Bolsonaro. O objetivo do artigo é mostrar como os temas cultura e políticas culturais apareceram nas propostas dos planos de governo, dando destaque ao projeto do candidato eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

Para tal, foi feita pesquisa bibliográfica e documental, analisando autores da área cultural, os programas dos partidos políticos, as matérias disponibilizadas na imprensa e as legislações nacional e internacional. Assim, entendemos a cultura como:

Se a cultura é o âmago da existência consciente de um indivíduo, a diversidade na existência consciente é o propulsor e condutor da manutenção e transformação da própria cultura. Pensar em cultura é pensar na soma de diversas consciências. E pensar em diversidade cultural é pensar nas diversas formas de

ser e existir no mundo a partir da existência consciente e da consciência coletiva que é criada (CARDOSO, 2018, p. 140).

De acordo com Constituição Federal de 1988 no seu artigo 215, “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”

Após fazer esse levantamento chegamos à conclusão de que não dá para ignorar que a cultura é um direito de mais de 208 milhões de brasileiros espalhados nas cinco regiões do país e que ter políticas culturais atuantes em todos os cantos do país é permitir que a sociedade se veja e se valorize. No entanto, as palavras cultura e políticas culturais não ganharam destaque nos programas de governo da maioria dos candidatos; a cultura, mesmo sendo fundamental na vida dos brasileiros e nas legislações, foi ignorada pelos partidos políticos. O próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro, não mencionou e nem levou em consideração cultura e políticas culturais em seu programa de governo.

### **Referências bibliográficas**

CABRAL, Eula D.T. Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados. 2018.

EPCC. Disponível em

[https://docs.wixstatic.com/ugd/ad71bb\\_b100832ff4ea43dd90146113be695af9.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/ad71bb_b100832ff4ea43dd90146113be695af9.pdf)

f. Acesso em 2 jan.2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília:Senado Federal, Centro Gráfico, 1988

**Nome:** Thainá Queiroz Alves

**Trabalho:** [Programação Televisiva e Diversidade Cultural](#)

**Curso/Instituição:** Ciências Sociais (bacharel) - UFRJ

**Orientador:** Eula Dantas Taveira Cabral

**Projeto:** Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados.

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** agosto de 2018 a julho de 2019. 3º ano.

O projeto desta iniciação científica tem como objetivo discutir a Concentração Midiática diante das estratégias feitas pelos grandes conglomerados nos âmbitos local, regional, nacional e global; discutir o papel dos governantes diante deste fenômeno — no que concerne à criação de leis que regulamentem a mídia — e demandas das organizações sociais que defendem a democratização da comunicação e a diversidade cultural.

Tendo em vista que a mídia se tornou a fonte primária de informação dos indivíduos, estudiosos têm se dedicado cada vez mais a entender como esse processo tem se intensificado e influenciado a sociedade. Isto posto, no decorrer dos anos, os meios de difundir a mídia cada vez mais têm se ampliado, porém, a concentração de conteúdos ainda é feita por poucos grupos empresariais dos quais continuam detentores, monopolizando a comunicação e transformando o instrumento do qual foi desenvolvido para informar a população em gerador de lucro a partir de interesses específicos.

Mediante revisão bibliográfica, analisou-se o cenário midiático no Brasil, verificando a legislação brasileira e os acordos internacionais, identificando o conteúdo midiático e a diversidade cultural. Além disso, ao apontar como são feitas as políticas de promoção e valorização da diversidade cultural e regional por parte da mídia, tendo em vista que o Brasil é um país multiculturalista e que a mídia se tornou a fonte primária de informação dos indivíduos, verifica-se incoerência dos canais de televisão quando se percebe que não são respeitados princípios presentes na Constituição Federal (1988) e o que é posto diariamente na programação das grandes redes de televisão estão relacionadas não apenas a insignificante expressão da diversidade cultural como, também, ao descumprimento de leis que regem o direito à proteção e difusão dos bens culturais, sejam eles locais ou regionais.

Por meio de pesquisa documental foi possível apurar levantamentos acerca dos hábitos de consumo de mídia pela população, analisar leituras, documentos e declarações (no âmbito regional, nacional e internacional) assinados pelo governo brasileiro, investigando o posicionamento de organismos internacionais, a exemplo da Unesco, e as estratégias usadas pelos grandes conglomerados para obtenção de controle da mídia.

Dessa maneira, durante a pesquisa foi possível entender como ocorre a relação entre os meios de comunicação e os políticos, como a influência da mídia nos processos eleitorais para presidente nos anos de 1969 até 2018, levando-se em consideração algumas exceções como a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006, e o primeiro mandato de Dilma Rousseff em 2010, analisando-se o consumo midiático dos brasileiros a partir da contextualização do advento da televisão no país e a influência desta em outros setores da comunicação.

Reconhecer que os meios de comunicação são importantes atores políticos, capazes de mudar resultados eleitorais, é imprescindível para que entenda-se que é preciso que haja respeito aos princípios que regem a Constituição Federal de 1988. Além disso, promover uma mídia que atenda aos debates públicos e se posicione de maneira imparcial tanto durante o processo eleitoral quanto nos períodos posteriores. E, para que isso ocorra, é indispensável que a sociedade exija dos meios de comunicação e do poder público investimentos nas emissoras públicas, além de políticas que beneficiem as informações corretas com imparcialidade.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 27 de maio de 2018.

CABRAL, Eula D.T. **Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural**: análise das estratégias dos grandes conglomerados. RJ: 2019. Disponível em <https://pesquisaicfcrb.wixsite.com/epcc/contato>. Acesso em 12 jul.2019.

CABRAL, Eula D. T. Mídia no Brasil: Concentração das Comunicações e das Telecomunicações. **Revista Eptic**, vol. 17, n. 3, setembro-dezembro 2015.

CAPPARELLI, S., SANTOS, S. dos., Setor Audiovisual Brasileiro: Entre o Local e o Internacional. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, Vol. 7, n.1, Ene. – Abr. 2005.

**Nome:** Karen Barboza Santarem Rodrigues

**Trabalho:** [Regulamentação da TV Brasileira](#)

**Curso/Instituição:** Jornalismo na Universidade Federal Fluminense

**Orientador:** Eula D. T. Cabral

**Projeto:** "[Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados](#)"

**Fonte de financiamento:** FAPERJ

**Período:** agosto de 2018 a julho de 2019.

O Brasil é um país multiculturalista com uma população totalmente midiática. Hoje mais de 90% dos brasileiros estão ligados aos conteúdos exibidos nos meios de comunicação e telecomunicações. Na área da radiodifusão, verifica-se um modelo de exploração de emissoras de rádio e TV por grupos privados brasileiros comandados por políticos, famílias e igrejas. Apesar dessa prática ser considerada ilegal, ela é possível devido ao não cumprimento das normas legais do período para a troca legal de proprietários e também porque não há restrições para a formação de redes nacionais e regionais. Esses descumprimentos podem ser constatados na legislação brasileira, principalmente no Capítulo V da atual Constituição (1988). Consequentemente, assiste-se a uma falta de diversidade e de pluralidade do conteúdo exibido no país.

Diante deste cenário, o texto que eu, Karen Barboza Santarem Rodrigues, irei apresentar na 14ª Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa intitula-se “Regulamentação da TV Brasileira”, com coordenação e supervisão da Dr. Eula D. T. Cabral. O objetivo do artigo é apresentar a televisão nacional brasileira e os conglomerados midiáticos que a rege. Introduzirei o texto com uma análise do panorama histórico e cronológico da televisão no país, e, em seguida, relacionarei o aparecimento desses meios comunicacionais com as leis e concessões. Além disso, será apresentado o cenário político, econômico e tecnológico dos períodos em evidência no artigo e discutiremos a presença e a participação da sociedade civil na regulamentação da TV no Brasil.

A obra terá como principais referências bibliográficas os livros *Mercado Brasileiro de Televisão*, de César Bolaño, *Regulando a TV*, de Othon Jambeiro, *O Estado e as Comunicações no Brasil*, de Octavio Pieranti, o artigo “Sociedade civil e regulação da mídia: estudo de caso sobre o PL da mídia democrática”, de Alessandra Maia Terra de Faria, Theófilo Codeço Machado Rodrigues e Larissa Santiago Ormay, entre outros. Além disso, será citada a Constituição Federal de 1988, como os Arts. 221, 222, 223, Cap. 5 da Comunicação Social, e abordado o Coronelismo Eletrônico, tema debatido por autores como Sérgio Caparelli, Venício Lima, Susy dos Santos, e outros. Também será citada a

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, e o projeto Media Ownership Monitor Brasil, produzido pelo Intervenções e Repórteres Sem Fronteiras, no ano de 2018.

No meu período de pesquisa, tanto no projeto, quanto no artigo, cheguei a resultados significativos que dizem respeito à omissão por parte do Poder Executivo diante dos oligopólios midiáticos presentes no Brasil, isto é, os cinco conglomerados, Rede Globo, SBT, Rede Record, Rede Bandeirantes e RedeTV!. A partir disso, concluímos que a democratização da comunicação e a diversidade cultural no Brasil só se tornarão realidade quando a sociedade se envolver no processo, tendo acesso e conhecimento aos documentos, legislação e conteúdo dos meios de comunicação e de telecomunicações. A concentração da mídia no Brasil só ocorre, porque o governo federal é omissivo e não cumpre a legislação brasileira.

### **Referências Bibliográficas Principais**

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Mercado Brasileiro de Televisão. 2ª ed. rev. e ampl. – São Cristóvão, SE : Universidade Federal de Sergipe; São Paulo : EDUC, 2004.

CABRAL, Eula D.T. [Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados](#). RJ: 2019.

Constituição Federal de 1988 - Capítulo V - da Comunicação Social. Artigos 220 a 224

JAMBEIRO, OTHON. [Regulando a TV - um estudo comparativo no Mercosul](#). 1. ed. Salvador: Edufba, 2000. Constituição Federal de 1988 - Capítulo V - da Comunicação Social. Artigos 220 a 224

FARIA, Alessandra M. T. de; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado; ORMAY, Larissa Santiago. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.19, n.2, maio/ago. 2016.

**Nome:** Carolina Costa Moreira

**Trabalho:** [Análise dos artigos do X Seminário Internacional de Políticas Culturais.](#)

**Curso/Instituição:** bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

**Orientador:** Lia Calabre

**Projeto:** Levantamento e Análise do Campo de Pesquisa em Políticas Culturais no Século XXI.

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** agosto de 2018 a julho de 2019, 3º ano.

O presente resumo dedica-se a apresentar sucintamente o trabalho de análise estatística feito com os 153 artigos apresentados no X Seminário Internacional de Políticas Culturais, realizado em maio deste ano na Fundação Casa de Rui Barbosa. Para tal, foi utilizado o software francês de análise de *corpus* textuais *Iramuteq*. Serão comentados, em seguida, aspectos metodológicos, dados e reflexões.

O *corpus* analisado foi composto por 153 seguimentos de texto. Cada um contém o resumo e a palavras-chave. O *corpus* possui um volume de 3.385 palavras (ou formas), dentre as quais 1,871 (um total correspondente a 52%) são *hápax*, ou seja, ocorrem apenas uma vez no texto, o que deixa um percentual remanescente de 48% de palavras que ocorrem mais de uma vez.

A respeito da metodologia utilizada, o *Iramuteq* oferece a possibilidade de seleção das formas que serão analisadas, bem como uma filtragem por ocorrência. Os dados foram obtidos a partir da análise de palavras “ativas” (substantivos, adjetivos e verbos) que ocorreram no mínimo 10 vezes.

Neste sentido, o gráfico 1 apresenta as palavras ativas, que ocorreram mais de 10 vezes no *corpus*, dispostas no eixo cartesiano de acordo com suas afinidades contextuais. Desse modo, o que se apresentam são grupos de palavras, nos quais as palavras que são utilizadas em um mesmo contexto aparecem próximas no Gráfico. Analisando os termos em questão, podemos ver que as temáticas de *economia criativa* (cujas formas encontram-se no quadrante inferior esquerdo) tendem, de acordo com a análise do *Iramuteq*, a possuir uma discussão mais localizada em relação às demais (concentradas no eixo 0). O mesmo ocorre com a discussão *racial e de igualdade* (cujas formas se localizam no quadrante superior esquerdo).

Ainda no gráfico 1, percebemos que a palavra *igualdade* aparece no mesmo contexto de utilização e da palavra *racial*, enquanto a palavra *diversidade* aparece muito próxima de *sistema*, assim como de *gestão*, *política*, *formulação*, *edital* etc., o que pode indicar que a abordagem dos artigos analisados, tende a entender a *diversidade* (mais

geral, mais abrangente, menos específica/ incluindo grupos LGBT, povos tradicionais, gênero etc.) pela chave do Estado, enquanto a questão racial como discussão mais localizada que se relaciona com o conceito de *igualdade*. Os conceitos de *igualdade* e *diversidade* sugerem sentidos distintos, como aborda Barros<sup>1</sup> na discussão semiótica dos conceitos de igualdade, desigualdade e diferença.

O gráfico 2 apresenta os 153 artigos dispostos de acordo com a mesma lógica do gráfico 1. Apesar de não apresentar uma visualização tão boa, devido ao grande número de artigos, considere relevante apresentá-lo também, porque ele mostra de maneira bem clara como os artigos relacionam-se entre si em termos de temáticas e contextos de discussão.

Na Tabela 1 podemos ver listadas hierarquicamente as palavras que ocorreram no mínimo até 10 vezes. Uma questão interessante é a ocorrência das duas formas destacadas: *político* (267 vezes), e *política* (146 vezes).. Entretanto se comparado com o gráfico 1, vemos que a forma *política* está centralizada bem no meio do eixo cartesiano, enquanto *político* se encontra deslocado para o canto esquerdo superior, de forma a demonstrar que, apesar de a forma *político* ter ocorrido mais vezes, a forma *política* constitui um contexto de discussão mais central e mais compartilhado dentre os artigos. Além disso, a diferença de classes gramaticais entre as formas suscita a discussão entre *politics* and *policy*<sup>2</sup>.

O intuito desse resumo é apresentar de forma breve alguns dos dados e reflexões obtidos a partir da análise dos 153 artigos apresentados no X Seminário Internacional de Políticas Culturais, assim como dar continuidade à metodologia e análise empregadas no trabalho que apresentei na 13 Jornada de Iniciação Científica da FCRB sobre a temática da diversidade cultural.

---

<sup>1</sup>BARROS, José D'Assunção. "Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades", Acesso em: 06/07/2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782018000100278#aff1](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100278#aff1)

<sup>2</sup> “Assim, política cultural (cultural policy) diz respeito ao universo das políticas públicas voltadas para a cultura implementadas por um Governo. Em outras palavras: “un proceso en el que el Estado impone un tratamiento político – es decir, resultado del debate público sobre el sentido de la acción del Estado – a aquello que llama ‘cultura’” e cujos objetivos consistem em “ordenar, jerarquizar o integrar un conjunto necesariamente heterogéneo de actores, discursos, presupuestos y prácticas administrativas” (BOLÁN, 2006, p.60). Já as políticas de cultura (cultural politics) se referem às disputas de poder em torno dos valores culturais ou simbólicos que acontecem entre os mais diversos estratos e classes que constituem a sociedade.” BARBALHO, Alexandre. *Políticas Culturais em Revista*, V. 2 (2), p. 1-3, 2009

**Nome:** Dâmaris Burity Jeronimo.

**Título do trabalho:** [O Conselho Nacional do Ministério Público Como Uma Agência de Accountability.](#)

**Curso/Instituição:** Ciência Política / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

**Orientador:** Fábio José Kerche Nunes.

**Projeto:** O Sistema de Justiça no Brasil: O Conselho Nacional do Ministério Público, Democracia e Accountability.

**Fonte de Financiamento:** FCRB.

**Período:** outubro de 2018 a agosto de 2019. 1º ano.

O Projeto de pesquisa busca analisar a efetividade do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como uma agência de *accountability* em relação ao Ministério Público (MP). O MP, desde a Constituição Federal de 1988, se tornou independente em relação aos Poderes de Estado. O órgão recebeu do constituinte uma expressiva medida de autonomia, discricionariedade e instrumentos de ação (KERCHE, 2014).

Em função dessa realidade pouco familiar à democracia em análise comparada - ou seja, uma instituição formada por atores políticos não eleitos e que possui alta dose de discricionariedade e é pouco *accountable* - surgiu a necessidade da criação de uma agência externa ao Ministério Público que pudesse incentivar uma maior previsibilidade ao padrão comportamental de promotores e procuradores através de sanções e premiações por suas ações. Em 2004, através da Emenda Constitucional 45, o CNMP foi criado tendo como função a “fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público no Brasil e de seus membros, respeitando a autonomia da instituição”. O objetivo desta pesquisa é observar como o CNMP se ocupa de questões disciplinares.

Para que fosse possível analisar as decisões do CNMP, no período entre agosto de 2017 e julho de 2018, foi realizado um levantamento de todas as atas das sessões do Conselho Nacional ocorridas no intervalo entre janeiro de 2011 e dezembro de 2017. As informações extraídas desse levantamento de dados foram expostas com auxílio de recursos gráficos na 13ª Jornada de Iniciação Científica que aconteceu em agosto 2018.

Desde então, tenho me dedicado ao aprofundamento do estudo sobre Conselhos de Justiça, Ministério Público, *accountability* e Conselho Nacional do Ministério Público. O que tem se mostrado fundamental para construção de um artigo que está em fase de desenvolvimento. Na 14ª JIC, a ser realizada em agosto de 2019, apresentarei os avanços da pesquisa durante o desenvolvimento do artigo e as informações obtidas ao me debruçar sobre o estudo de caso: as reclamações que o ex-Presidente Lula da Silva impetrou no CNMP contra promotores encarregados da acusação no processo da Operação Lava Jato.

## Referências

- FRAGALE FILHO, Roberto. Conselho Nacional de Justiça: desenho institucional, construção de agenda e processo decisório. *Dados* [online]. Vol. 56, n.4, p. 975-1007, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582013000400008&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582013000400008&script=sci_abstract&tlng=es)>. Acesso em: 30 de Jan. de 2019.
- GAROUPA, Nuno; GINSBURG, Tom. Guarding the Guardians: Judicial Councils and Judicial Independence. Escola de Direito da Universidade de Chicago, 2008. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1221&context=lawandeconomics>>. Acesso em 30 de jan. de 2019.
- KERCHE, Fábio. *Virtude e Limites: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.
- \_\_\_\_\_. Ministério Público, Lava Jato e Mãos Limpas: uma abordagem institucional. *Lua Nova*, dez. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452018000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452018000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 de mar. de 2019.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Ministério Público e Accountability. In: 42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT 07 - Controles Democráticos? Instituições e Participação na Democracia Contemporânea. 2018. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt07-16>>. Acesso em: 08 de maio de 2019.
- \_\_\_\_\_. e MARONA, Marjorie. O Ministério Público na Operação Lava Jato: como eles chegaram até aqui? In: F. Kerche e J. Feres Júnior (orgs.), *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018, Ed. 1ª, pág. 73-77.
- MARORA, Marjorie et al. O Ministério Público no contexto atual: de protagonista a ombudsman? 42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT07 Controles democráticos? Instituições e participação na democracia contemporânea. 2018. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt07-15/10656-o-ministerio-publico-no-contexto-atual-de-protagonista-a-ombudsman/file>>. Acesso em 30 de jan. de 2019.
- PRZEWORSKI, Adam. Sobre o desenho institucional do Estado: Uma perspectiva agent x principal. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. (orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 39-73.
- STRECK, Lenio Luiz; SARLET, Ingo Wolfgang; CLÈVE, Clemerson Merlin. Os limites constitucionais das resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). *Revista de Doutrina TRF4*, Ed. 09, 2005. Disponível em: <[http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edic\\_ao009/ingo\\_sarlet.htm](http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edic_ao009/ingo_sarlet.htm)>. Acesso em: 30 de jan. de 2019.

**Nome:** Juan Acácio Garrido Tavares

**Trabalho:** [Os limites da hospitalidade kantiana](#)

**Curso/Instituição:** Filosofia / Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

**Orientador:** Charles Pontes Gomes

**Projeto:** Migrações Internacionais e Refúgio

**Fonte de financiamento:** Bolsa de iniciação científica CNPq

**Período:** agosto de 2016 a julho de 2019. 3º ano.

Em seu influente texto sobre “À Paz Perpétua”, Immanuel Kant enuncia três *Artigos definitivos*, que podem ser compreendidos como três condições incontornáveis, para alcançar um estado de paz duradoura entre as nações. As três condições enunciadas pelo autor são: em primeiro lugar, que “A Constituição civil de cada Estado deve ser republicana”, segundo, que “O direito das gentes deve ser fundado sobre um *federalismo* de Estados livres”, e por fim, que “O *direito cosmopolita* deve ser limitado às condições de *hospitalidade* universal”. A terceira e última condição expõe que o fundamento do *direito cosmopolita* deve ser as *condições de hospitalidade*, este é o artigo mais relevante e o foco do presente trabalho.

A *hospitalidade*, como apresentada por Kant, não deve ser compreendida como uma questão de filantropia, mas sim, como *direito*, isto é, o direito de um estrangeiro que, ao chegar em outro território, e desde que se comporte de modo pacífico, não pode ser tratado de modo hostil. Trata-se, portanto, de um *direito de visita*, que pertence a todos, “em virtude da posse comunitária da superfície da Terra”.<sup>1</sup>

O conceito de *hospitalidade* apresentado por Kant está previamente restrito à esfera do direito e justificado a partir do direito à propriedade. O filósofo contemporâneo Jacques Derrida, em um texto intitulado “Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade”, apresenta problematizações filosóficas sobre esse conceito de hospitalidade, a partir dessas definições fundamentais, de questões que emergem na atualidade e da constituição interna da filosofia kantiana.

O objetivo do projeto é promover uma reflexão acerca da hospitalidade kantiana, a partir das provocações levantadas por Derrida, mostrando os limites e possíveis desdobramentos do conceito de hospitalidade enunciado por Kant, levando-se em conta as emergentes questões humanitárias.

---

<sup>1</sup> Conferir em: KANT, Immanuel. À paz perpétua – Um projeto filosófico de Immanuel Kant. Nova edição aumentada – Königsberg, Friedrich Nicolovius -1796. Tradução: Marco Antonio de A. Zingano. L&PM Editores S/A, 1989 p. 43

A exposição e o desenvolvimento da crítica de Derrida a determinados pontos da estrutura filosófica de Kant, visa, a partir dessas provocações, propor um diálogo entre a estrutura filosófica de Kant e as questões que emergem na atualidade, buscando soluções viáveis para determinadas problematizações e apresentando os limites dessa estrutura filosófica, promovendo assim, uma reflexão sobre a relação estabelecida entre o estrangeiro e a esfera jurídica, atentando para a necessidade de que essa relação se estabeleça tendo em vista, antes que o caráter ético ou jurídico, a dignidade humana.

### **PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

KANT, Immanuel. À paz perpétua – Um projeto filosófico de Immanuel Kant. Nova edição aumentada – Königsberg, Friedrich Nicolovius -1796. Tradução: Marco Antonio de A. Zingano. L&PM Editores S/A, 1989

KANT, Immanuel. A metafísica dos costumes. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru, São Paulo. EDIPRO, 2003

DERRIDA, Jacques. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade / Jacques Derrida [Entrevistado]; Anne Dufourmantelle ; tradução de Antonio Romane ; revisão técnica de Paulo Ottoni. - São Paulo : Escuta, 2003

**Nome:** Daniel Cavalcanti Pimentel;  
**Trabalho:** [Teatro Legislativo e o Direito de Refúgio no Brasil: notas de \*Uma Odisseia\*](#);  
**Curso/Instituição:** Direito/UFRJ;  
**Orientador:** Charles Pontes Gomes;  
**Projeto:** Clínica Jurídica para Refugiados  
**Fonte de financiamento:** bolsa CNPq;  
**Período:** agosto de 2018 a julho de 2019. 2º ano.

O percurso de um solicitante de refúgio no Brasil contemporâneo em busca de direitos é a estrutura narrativa de “Uma Odisseia”, espetáculo de Teatro-Fórum realizado pelo Laboratório de Estética e Política da Escola de Comunicação da UFRJ, coordenado pela professora Alessandra Vannucci (ECO-UFRJ), em parceria com o Centro de Proteção a Refugiados e Imigrantes da Fundação Casa de Rui Barbosa (CEPRI-Casa Rui/FCRB) e que foi objeto de pesquisa da primeira etapa deste trabalho de caráter teórico-prático apresentado em agosto de 2018.

Durante o processo de criação, ao longo de nove meses em que foi realizada a Oficina estético-política com pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio no Brasil, nota-se que o Estatuto do Refugiado (1997) e a recente Lei de Migrações (2017), apesar do fundamento humanitário, não são percebidos como garantia de direitos diante das instituições públicas e privadas.

Nesse contexto, o Teatro Legislativo, técnica criada por Augusto Boal (1931-2009), surge como uma possibilidade a ser investigada e aplicada no âmbito da pesquisa e extensão universitárias. Por quatro anos, após o exílio forçado durante a ditadura militar brasileira, Boal exerceu na década de 1990 o que chamou de Mandato Político Teatral, na condição de vereador eleito pela cidade do Rio de Janeiro-RJ. Durante esse tempo, aprovou mais de quarenta leis municipais aplicando métodos teatrais já conhecidos do Arsenal do Teatro do Oprimido, como o Teatro Fórum, o Teatro Imagem, entre outros.

O presente trabalho tem por objetivo investigar a aplicabilidade do Teatro Legislativo às políticas migratórias contemporâneas, ampliando o seu campo de atuação, historicamente restrito ao Poder Legislativo, para os demais poderes da República.

Sabe-se que as referidas legislações têm como base princípios já reconhecidos pela comunidade internacional de proteção aos direitos humanos. Por outro lado, a aplicação de tais normativas é realizada por órgãos do Poder Executivo, como o Departamento de Polícia Federal, que concentra a competência legal de gerenciar a entrada, permanência e saída de imigrantes no Brasil, exercendo seu poder regulamentar mediante portarias e demais atos normativos.

Abusos cometidos no exercício deste poder regulamentar, que ferem a estrutura escalonada da ordem jurídica e o Princípio da Supremacia Constitucional, podem ser objeto de controle de constitucionalidade reflexa (ou controle de legalidade), apreciados pelo Poder Judiciário na forma de Ações Civis Públicas.

O caráter prático deste trabalho se encontra nas parcerias firmadas com instituições públicas e privadas interessadas em acolher o projeto e estabelecer um diálogo direto com a comunidade, como a própria FCRB o Espaço Cultural Olho da Rua, a Universidade Federal Fluminense, a PUC-Rio, a Biblioteca Parque Estadual e a Escola Municipal Ruy Barbosa (Duque de Caxias-RJ), onde estão matriculadas mais de dez crianças refugiadas.

Na Escola Ruy, foi apresentada uma sessão de Teatro Legislativo em 25 de maio de 2019, mobilizando a comunidade de aprendizagem (crianças, professores/as, funcionários, famílias e moradores) e algumas autoridades dispostas a dar soluções para questões de interesses da sociedade civil (Secretaria de Educação de Caxias, Defensoria Pública, estagiários de direito etc.). Na ocasião, os resultados obtidos permitiram elaborar duas dimensões de pesquisa para este trabalho: a dimensão jurídica, que reúne ações judiciais concretas de controle sobre ilegalidades cometidas contra a população imigrante no Brasil atual e a dimensão pedagógica, que conduz um espaço democrático de Educação para direitos e de ruptura das fronteiras que concentram o saber jurídico.

### **Referências bibliográficas**

BOAL, Augusto. *Teatro legislativo: versão beta*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1996.

BRASIL, Lei nº 9.474 de 1997. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm) Último acesso em 12/07/2019.

BRASIL, Lei nº 13.445/2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm) Último acesso em 12/07/2019.

BRASIL, Decreto nº 9.199 de 2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm) Último acesso em 12/07/2017.

**Nome:** Alice Mantuano Domingos da Silva

**Trabalho:** [Conservação preventiva em museus-casas: diretrizes para uma política de preservação baseada na prevenção — gerenciamento e análise de dados](#)

**Curso/Instituição:** Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Orientador:** Cláudia S. Rodrigues de Carvalho

**Projeto:** Conservação Preventiva em Museus-Casas: diretrizes para uma política baseada na prevenção

**Fonte de financiamento:** Bolsista CNPq

**Período:** setembro de 2018 a agosto de 2019. 1º ano

O objetivo da pesquisa em questão é mapear as práticas de conservação preventiva no âmbito dos museus-casas no Brasil, de modo a contextualizar a elaboração de um documento que auxilie na implementação de diretrizes de políticas de preservação para museus-casas no país tendo como base o panorama das medidas e ações identificadas, bem como a experiência bem-sucedida, dos conhecimentos acumulados e das ações desenvolvidas ao longo dos anos no Museu Casa de Rui Barbosa, a fim de fomentar a preservação com base na prevenção para outros museus-casa no Brasil.

A primeira etapa da pesquisa foi o levantamento dos museus-casa no Brasil; para isso, utilizamos como base o livro *Museus-Casas históricas no Brasil* de Ana Cristina de Carvalho, e consultamos o Guia dos Museus Brasileiros do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM, e o Registro de Museus Iberoamericanos do Ibermuseum para criar um listagem atualizada dos museus-casas no Brasil.

Concomitantemente com o processo de desenvolvimento da lista, criamos fichas catalográficas dos museus para organizar aspectos, ainda que básicos, relevantes sobre a edificação e a instituição/museu como: localização; categoria(s) do museu; época de construção da edificação histórica; tipos de proteção; e uso atual, material que e se encontram abertas ao público. E para complementar a catalogação dos museus-casas, criamos um mapa *online* inserindo as instituições identificadas e suas respectivas categorias.

Tendo concluído a catalogação dos museus-casas, enviamos às instituições um e-mail de divulgação da pesquisa com a solicitação para participar da pesquisa através do preenchimento do questionário *online*, cujo *link* estava incluído na mensagem. Embora não tenha sido um objetivo inicial da pesquisa, acreditamos que esta pesquisa possa fomentar a troca de conhecimento e experiência entre as instituições e contribuir com a disseminação de práticas sobretudo sobre a conservação preventiva desses museus, tendo vista o destaque dado pelo DEMHIST para a criação de redes colaborativas entre museus-casas.

No primeiro momento a quantidade de respostas foi baixa em relação à quantidade de questionários enviados, ou seja, foi feito um segundo contato via telefone para todos os museus, com o objetivo de tornar a pesquisa mais completa. As respostas ao questionário nos possibilitaram analisar o panorama do nível de estudos e práticas de conservação preventiva dos museus-casas históricas brasileiros, até porque em muitos casos ela nem existe.

### **Principais referências bibliográficas:**

BRYANT, Julius; BEHRENS, Hetty. *The DEMHIST Categorisation project for historic house museums*. 2007. Disponível em: <<http://demhist.icom.museum/shop/data/container/CategorizationProject.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

PAVONI, Rosana. *Demhist Categorization Project House Museums Typologies*. 2007. Disponível em: <[http://www.museumartconsulting.com/sito\\_inglese/case-museo\\_Pavoni-2.htm](http://www.museumartconsulting.com/sito_inglese/case-museo_Pavoni-2.htm)>. Acesso em: outubro 2018.

BRYANT, J; BEHRENS, H. *The Demhist categorization project for Historic House Museums: Progress Report and Plan*. 2007. Disponível em: <<http://demhist.icom.museum/shop/data/container/CategorizationProject.pdf>>. Acesso em outubro 2018.

PINNA, Giovanni. *Introduction to house museums*. 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122989e.pdf>>. Acesso em: outubro 2018.

*Guia dos Museus brasileiros*. Ibram. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/guia-dos-museus-brasileiros/>>. Acesso em: dezembro 2018.

*Registro de Museus Ibero-Americanos (RMI)*. Ibermuseus. Disponível em: <<http://www.rmiberoamericanos.org/>>. Acesso em: janeiro 2019.

**Nome:** Victoria Vieira da Fonseca

**Trabalho:** [Instruções Técnicas](#)

**Curso/Instituição:** Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal Fluminense

**Orientadora:** Claudia Suely Rodrigues de Carvalho

**Projeto:** Plano de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa: documentação para preservação.

**Fonte de financiamento:** FCRB

**Período:** setembro de 2018 a agosto de 2019. 1º. ano

O trabalho desenvolvido, referente às Instruções Técnicas, está inserido na pesquisa “Plano de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa: documentação para preservação”, que foi iniciada em 2012 e tem como objetivo o processo contínuo de documentação sobre o conjunto edifício-acervo do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB).

O objetivo específico desta etapa da pesquisa é a elaboração e a edição de Instruções Técnicas, nome usado para designar os documentos que concentram informações históricas e técnicas acerca dos elementos e sistemas construtivos do MCRB.

A partir das experiências de preservação arquitetônica no Museu Casa, pôde-se identificar a necessidade de organizar as informações para que servissem como instrumentos para a sua conservação. As Instruções são documentos nos quais estão sistematizadas a documentação disponível relativa ao conhecimento do bem patrimonial, as ações para sua preservação, incorporando os estudos, projetos e intervenções já realizados no contexto do MCRB.

Nesta etapa da pesquisa, foram elaboradas as Instruções Técnicas relativas aos forros de estuque, superfícies arquitetônicas externas, coberturas, esquadrias e ladrilhos mosaicos.

Para a elaboração das Instruções Técnicas foram feitos levantamentos, consultas, análise e síntese das informações disponíveis em diversas fontes da Fundação Casa de Rui Barbosa, relativa às pesquisas, estudos, projetos e intervenções desenvolvidas no âmbito do Plano de Conservação Preventiva. Ademais, foi realizado um levantamento bibliográfico, com vistas a identificar outros instrumentos semelhantes, que existem atualmente, como manuais, guias e cartilhas, além de livros, artigos, teses e dissertações de diversos autores reconhecidos em cada assunto abordado nas Instruções. A documentação levantada foi revista, e os arquivos foram atualizados.

Para divulgação dos resultados alcançados foi apresentado um trabalho no 11º Fórum Mestres e Conselheiros, em Belo Horizonte. O artigo intitulado “Instruções técnicas: uma ferramenta para conservação de edifícios históricos” versa sobre as

intervenções para Preservação do Museu Casa de Rui Barbosa e sobre a estruturação de cada uma das Instruções produzidas, em função das especificidades de cada tema.

Além de destacar a documentação como forma de preservação do Patrimônio, esta pesquisa buscou mostrar a importância da elaboração de uma documentação sistematizada acerca dos processos de conservação e restauração executados em um bem, e em como esta poderá servir como instrumento que auxilie nas práticas futuras de conservação preventiva do edifício histórico. As Instruções visam orientar medidas de caráter preventivo para edifícios históricos, compartilhando experiências que poderão servir como referência para outras instituições e edifícios de tipologia semelhantes.

### Referências bibliográficas

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática. *Revista CPC*, n. 18, p. 141-153, 17 dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/88655>. Acesso em: jul. 2019.

DISTRICT OF COLUMBIA. *Window repair and replacement: preservation and design guidelines*. 2011. Disponível em: <<https://planning.dc.gov/node/936492>> Acesso em: maio 2019.

GRIMMER, Anne E. The Preservation and Repair of Historic Stucco. *22 Preservation Briefs*. U.S. Department of the Interior National Park Service Cultural Resources Heritage Preservation Services, out. 1990. Disponível em: <https://www.nps.gov/tps/how-to-preserve/briefs/22-stucco.htm>. Acesso em: jul. 2019.

ICOMOS. *Conservation technical handbook: a guide for best practices*. Urban Redevelopment Authority, v. 1. dez. 2017. Disponível em: [http://www.icomoss.org/uploads/2/5/8/6/2586504\\_3/conservationtechnicalhandbook-voll-introduction.pdf](http://www.icomoss.org/uploads/2/5/8/6/2586504_3/conservationtechnicalhandbook-voll-introduction.pdf). Acesso em: jul. 2019.

KLÜPPEL, Griselda Pinheiro; SANTANA, Mariely Cabral de. *Manual de conservação preventiva para edificações*. Brasília: Programa Monumenta, 2000. Disponível em: <https://www.lopesvaladares.com.br/documentos/manual-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-preventiva-para-edifica%C3%A7%C3%B5es-iphan-monumenta/>. Acesso em: maio 2019.

SAINT JOHN HERITAGE. *Practical conservation guideline: Saint John Heritage Conservation Areas By-law*. City of Saint John, Planning & Development. 2010. Disponível em: <https://www.saintjohn.ca/site/media/SaintJohn/By-Law%20Eng.pdf>. Acesso em: maio 2019.

**Nome:** Paula Mascarenhas de Sá

**Trabalho:** [Reformulação da ficha de diagnóstico aplicada ao acervo bibliográfico do Museu Casa de Rui Barbosa](#)

**Curso/Instituição:** Conservação e Restauração – UFRJ

**Orientador:** Edmar Moraes Gonçalves

**Projeto:** Conservação integrada: implantação de programa de pesquisa no campo da deterioração dos acervos documentais – 2ª. etapa

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** maio de 2019 a julho de 2019

O projeto “Conservação Integrada: implantação de programa de pesquisa no campo da deterioração dos acervos documentais – 2ª etapa” visa promover ações de conservação preventiva em todos os ambientes do Museu Casa de Rui de Barbosa (MCRB) que abrigam acervo bibliográfico. De acordo com Zúñiga (2005, p. 242), podemos considerar conservação preventiva como: “conjunto de ações não interventivas, que visam a prevenir e retardar os danos que possa sofrer o acervo como um todo, minimizando a deterioração dos documentos arquivísticos”.

O conhecimento a respeito do estado de conservação de um acervo pode ser considerado como uma medida preventiva e é fundamental para nortear as decisões de preservação a serem tomadas. Um dos meios de identificar o estado de conservação de um acervo é através da elaboração de diagnóstico. Segundo Romero (2005, p. 46): “o diagnóstico do estado de conservação das coleções facilita qualquer decisão que diz respeito à conservação das coleções de uma instituição”. As fichas de diagnóstico são instrumentos de grande importância na avaliação das obras e as mesmas devem ser elaboradas de acordo o perfil de cada acervo.

O presente trabalho tem por objetivo a reformulação das fichas de diagnóstico utilizadas na avaliação do acervo bibliográfico pertencentes ao MCRB. Ao longo da utilização dessas fichas, foram verificados certos problemas, tais como: ausência de campos contendo informações mais específicas; tipo de nomenclatura utilizada nos campos; ocupação de espaço físico com o armazenamento das fichas impressas em caixas arquivo e dificuldade em realizar alterações no *layout*, no conteúdo da ficha ou na anexação de imagens. Os modelos utilizados em diagnósticos anteriores passaram a não atender mais às demandas do acervo de forma efetiva. Portanto, fizeram-se necessários a reformulação e o aprimoramento da ficha com o objetivo de se obter maior número de informação a respeito de cada obra e assim melhor atender o perfil do acervo a ser diagnosticado. Foi preciso também migrar as fichas impressas para formatos digitais com

vinculação à base de dados e armazenamento em nuvem, com o intuito de evitar o acúmulo de fichas impressas e conseqüentemente a ocupação do espaço físico.

Para dar início às modificações necessárias, foi feita uma análise comparativa de três modelos de fichas que haviam sido utilizadas em diagnósticos anteriores. Foi feito um levantamento de todos os campos em comum, seu grau de relevância para com o acervo; a nomenclatura utilizada em cada um dos itens e seu *layout* (a disposição dos itens na ficha). A partir dessa análise, foram feitas as devidas alterações: determinados campos foram subdivididos e outros incluídos; campos com nomenclaturas mais genéricas foram substituídos por nomenclaturas mais específicas, de acordo com a nomenclatura mais adequada a acervos bibliográficos; foi levado em consideração também o *layout* da ficha, onde foram criadas caixas de seleção para marcação dos campos, listas suspensas e espaços para digitação, visando melhor legibilidade da ficha e tornando o seu preenchimento mais rápido, eficaz e dinâmico; foram incluídos também mais espaços destinados à anexação de imagens registradas do atual estado de conservação da obra. A ficha foi elaborada pelo *software* MobiDB Database, que possui vinculação com base de dados e armazenamento em nuvem. O preenchimento das fichas será realizado diretamente no aplicativo no momento do diagnóstico e o salvamento será automático.

A ficha reformulada não foi testada *in loco* até o presente momento, mas estima-se sua efetivação para aplicação em futuros diagnósticos do acervo do MCRB, com o fim de se obter um amplo panorama do estado de conservação do acervo bibliográfico de acordo com suas especificidades.

### **Referências bibliográficas**

ROMERO, Hernández Pilar. *La administración de colecciones: una herramienta para la conservación de bienes culturales*. Cidade do México: Escuela Nacional de Conservación, Restauración y Museografía Manuel del Castillo Negrete; Instituto de Antropología e Historia, 2005.

ZÚÑIGA, Solange. Políticas públicas, vontade política e conscientização dos níveis decisórios para preservação. *Cadernos do CEOM: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*, ano 18, n. 22, p. 242-251, 2005.

**Nome:** Isabelle Fontaine

**Trabalho:** [Carlos Fernando Delphim e o jardim histórico no Brasil: gênese e práxis de um conceito](#)

**Curso/Instituição:** Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense

**Orientador:** Ana Maria Pessoa dos Santos

**Projeto:** Carlos Fernando Delphim e o jardim histórico no Brasil: gênese e práxis de um conceito

**Fonte de financiamento:** bolsa Fundação Casa de Rui Barbosa.

**Período:** agosto de 2018 a julho de 2019. 2º ano.

O objetivo geral da pesquisa é reunir a produção intelectual do arquiteto e paisagista Carlos Fernando de Moura Delphim, promovendo um estudo biográfico pessoal e profissional. Carlos Delphim foi idealizador do conceito do jardim histórico brasileiro e autor de diversos pareceres, artigos, projetos nacionais e internacionais e livros nos campos da preservação dos jardins históricos e paisagismo em geral. Suas atividades profissionais, desde 1977, compreendem projetos e planejamento para manejo e preservação de sítios de valor paisagístico, histórico, natural, paleontológico e arqueológico em diversas cidades brasileiras.

Minhas atividades consistiram em dar continuidade à digitalização da coleção de documentos que compõem o arquivo pessoal cedido pelo próprio paisagista a Fundação Casa de Rui Barbosa. A base para a sistematização foi o seu curriculum vitae detalhado, que traz indicação de seus trabalhos, por natureza institucional, de 1977 à 2012, com 23 páginas. Continuei a organização e separação desses documentos que foram digitalizados página por página através de plataforma *online*. Uni todas essas digitalizações em arquivos digitais únicos de cada título digitalizado, facilitando assim a leitura. A digitalização foi feita através de um *scanner* na Fundação.

Foram digitalizados mais de 170 documentos de natureza diversa. Cabe destacar alguns os documentos digitais, como o livro *Plano geral para a área do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*; dentre os artigos de jornais, o “Políticas culturais e patrimônio em busca de um instrumento jurídico de proteção da paisagem cultural”; cartas como a *Carta dos Itinerários Culturais – ICOSMOS*, pareceres como o “Tombamento da Cachoeira da Fumaça”. Houve ainda relatórios de viagens, certificados de cursos e apresentações, entre outros tipos. Há originais de estudos técnicos de grande relevância como o *Cultura em Mato Grosso do Sul* e sobre os jardins do Museu Mariano Procópio, na cidade de Juiz de Fora. Todos estão entre os documentos digitalizados e organizados durante esse período.

Em seguida à digitalização, todos os arquivos digitais gerados em formato JPG foram reunidos em arquivos únicos de cada título através de uma plataforma *online* gratuita chamada “I Love PDF”. Essa união foi necessária para facilitar a leitura. Isso

porque cada página, de cada arquivo, ao ser digitalizada, se tornava um arquivo em JPG isolado. Agora cada livro, revista ou jornal digitalizado é um arquivo único em formato PDF, pronto para ser adicionado à base de dados já existente no Access.

As referências dos documentos foram organizadas em uma base de dados do Access, onde cada item foi classificado considerando-se: data, título, local e natureza do documento. Os documentos foram organizados conforme o currículo: participação em congressos, simpósios, encontros e outros; cargos exercidos; trabalhos de arquitetura, cenografia, interiores e programação visual; trabalhos desenvolvidos no Jardim Botânico no Rio de Janeiro; trabalhos desenvolvidos na Fundação Nacional Pró-Memória e IPHAN; consultorias a órgãos estaduais e municipais de patrimônio cultural; consultorias para o Projeto Monumenta; pareceres para o Patrimônio Mundial da UNESCO; consultorias e projetos de jardins e paisagens; palestras proferidas; trabalhos apresentados em congressos; trabalhos publicados; consultorias a instituições; aulas ministradas; participação em comissões julgadoras de concursos nacionais; prêmios e títulos.

Foram alcançados plenamente os objetivos do projeto, com a triagem e a organização preliminar do arquivo pessoal do paisagista, gentilmente cedido à Fundação, assim como a digitalização um a um de todos os documentos de relevância acadêmica ou bibliográfica para o paisagista, e a edição das imagens geradas de cada digitalização em um único arquivo PDF.

Essas tarefas foram desempenhadas por meio de visitas regulares à Casa de Rui Barbosa para uso do *scanner* e para utilização da plataforma de conversão dos arquivos de imagens em arquivos PDF.

No próximo período, o projeto deverá dar continuidade à alimentação da base de dados, com a pesquisa e reprodução de documentos na Fundação Jardim Botânico, no Arquivo do Iphan e outros órgãos estaduais e municipais citados no curriculum.



Exemplo da página de um arquivo digitalizado

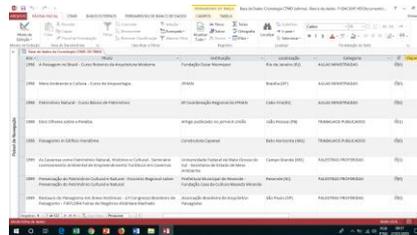


Imagem da base de dados no Access

**Bolsista:** Madjory de Almeida Pereira  
**Trabalho:** [A multiplicidade do profissional de Letras](#)  
**Curso/Instituição:** Letras – UFRJ  
**Orientador:** Ana Pessoa  
**Projeto:** A casa senhorial: anatomia dos interiores  
**Agência de financiamento:** CNPq  
**Período:** julho de 2018 a julho de 2019. 2º ano.

O projeto “A casa senhorial: anatomia dos interiores”, da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), tem como objetivo primordial o estudo da casa de morada da nobreza e da alta burguesia, entre os séculos XVII e XIX, focando os múltiplos aspectos dos seus interiores, em duas regiões do mundo cultural e artístico luso-brasileiro: Lisboa e Rio de Janeiro. Pretendeu-se com este projeto criar uma metodologia de análise focada em quatro linhas de investigação: i) Mecenas e artistas. Vivências e rituais; ii) Identificação das estruturas e dos programas distributivos e estudo aprofundado de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço; iii) Estudo da ornamentação fixa – tetos, azulejaria, talha, pintura, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés, janelas e portas, mobiliário integrado; e iv) O equipamento móvel nas suas funções específicas.

A bolsista desempenha a função de realizar transcrições paleográficas, organizar cronologias com base em publicações – livros, artigos, teses etc., revisar e formatar textos que integram o *site* do projeto.

O trabalho de transcrição realizado é de extrema minúcia. As duas transcrições realizadas tratam de inventários e relatórios de despesas. O primeiro conjunto de documentos é referente a Francisco José Fialho e a bens deixados por ele, dentre estes o palacete de sua propriedade, conhecido como palacete Fialho, cuja descrição pormenorizada é de interesse do projeto; este conjunto contém ainda diversos relatórios de despesas com obras, vendas, funcionários etc. Já o segundo conjunto de documentos é referente ao barão de Paraná, Henrique Hermeto Carneiro Leão. Nele há também os inventários e descrições de todos os bens deixados pelo barão. Nesse conjunto as descrições são mais de cunho arquitetônico – as indicações da metragem e das construções dos imóveis são muito concretas.

Diferente de outros documentos transcritos no ano anterior, em que as caligrafias eram de difícil entendimento, esses documentos apresentaram complicações muito mais práticas como deterioração das páginas – o que faz o trabalho ficar incompleto muitas vezes.

A elaboração da cronologia das casas a integrarem o *site* é do mesmo modo delicado, pois implica em se considerar informações relevantes tanto para o projeto como para o *site*, além de buscar as informações em fontes confiáveis, já que a grande oferta de informação nos dias de hoje exige que se examine com critérios a sua veracidade. A bolsista desenvolveu a cronologia das fazendas Três Saltos, Secretário, Castelo, Resgate e Santo Antônio, utilizando fontes como livros das fazendas – citados na bibliografia, e o inventário do Inepac.

A revisão e padronização dos textos escritos por Ana de Paula Torem – componente do grupo de pesquisa em questão –, para compor o *site* do projeto, são de extrema importância, pois o *site* é a maior fonte de divulgação da pesquisa e de seus resultados.

O desempenho da bolsista, portanto, não tem sido apenas o de transcrever, revisar e construir textos, a fim de contribuir com a pesquisa em questão, mas envolveu também questões mais complexas, que contribuíram para aprimorar seu aprendizado nas mais diversas funções que exercem o profissional da área de Letras e que são pouco exploradas na formação acadêmica.

### **Referências bibliográficas**

CASTRO, Hebe Maria; SCHNOOR, Eduardo. (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

DEL PRIORE, Mary; SCHNOOR, Eduardo. *Fazenda Três Saltos: quando o Vale conta histórias*. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2014.

GODOY, Solange. *O avô do tempo: diário de um meteorologista 1900-1940*. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2006.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>. Acesso em: jul. 2019.

**Nome:** Thomás Augusto Rangel de Lima

**Trabalho:** [O Malho, o Rubi e a história](#)

**Curso/Instituição:** História – Uni-Rio

**Orientadora:** Ana Lúcia Silva Medeiros

**Projeto:** Coleções digitais: ampliação e qualificação do acesso aos acervos memoriais da FCRB

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** novembro de 2018 a outubro de 2019. 1º ano.

O projeto “Coleções digitais: ampliação e qualificação do acesso aos acervos memoriais da FCRB” tem como objetivo o desenvolvimento e o aprendizado do trabalho com arquivos digitais, mais especificamente com o repositório Rubi, da FCRB. Foi trabalhada a revista *O Malho*, realizando alterações nos metadados de números já inseridos e a inserção de novos. Ambos os processos tiveram como saldo uma maior compreensão sobre o funcionamento e importância dos repositórios e um aguçamento do olhar historiográfico, visto a necessidade de entender nas pesquisas sobre cultura, imprensa, identidade nacional e política, como as de Carolina Dantas, Isabel Lustosa, Martha Abreu e Angela de Castro Gomes, o que a historiografia procura.

*O Malho* foi uma revista ilustrada de grande importância e circulação no começo do século XX. Fundada por Crispim do Amaral e Luís Bartolomeu, era publicada semanalmente a partir de 20 de setembro de 1902 na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. Como outros periódicos da época, fazia grande uso de ilustrações, caricaturas, gravuras e, aos poucos, de fotografias. Foi publicada até 1954.

*O Malho* é permeado de ilustrações que geralmente falam de acontecimentos, principalmente políticos, daquela semana específica ou que acompanham o desenrolar de outros, mostrando caricaturas dos principais atores ou de personagens fictícios (como o Zé Povo). As imagens em sua maioria são acompanhadas por uma legenda sobre a cena. Também as propagandas de diversos produtos e lugares se espalham por grande parte das páginas. Outro ponto da estrutura do periódico é o diálogo com o público. Há explicações e informações quanto a assinaturas, tiragem, processo de impressão, repostas a cartas, concursos, torneios e sorteios. Assuntos, acontecimentos, curiosidades, lugares, instituições e personalidades são comentados ao longo de cada número. Alguns desses itens têm espaço específico, como as seções de esportes e moda.

Pela tentativa de cobrir de maneira ampla a sociedade de então e pela percepção que os redatores apresentam dessa sociedade através da revista, há vários trabalhos sobre a mesma. Autores diferentes procuraram n’*O Malho* traços de uma identidade nacional que

se entendia e se desenhava através dos discursos e personagens. Questões relativas a cultura, mestiçagem, exclusão social e a própria ideia de sociedade são também estudadas através das revistas. A política é também uma problemática possível. Na historiografia brasileira, a Primeira República foi vista como um período de estagnação política pelo baixíssimo eleitorado e por certa apatia do povo aliada a falta de disputa e contestação na política nacional. Uma corrente histórica mais atual busca revisitar esse período trazendo mais complexidade e uma visão mais ampla de política. De qualquer modo, *O Malho* demonstra tanto discursos elitistas quanto uma intensa disputa política. As revistas ilustradas podem servir para diversas áreas como história das ideias e mentalidades (através da análise dos discursos e construções imaginárias), da cultura, social, da imprensa (com as informações sobre tiragem, processo de impressão e assinaturas) e política.

Os números trabalhados até então correspondem ao ano de 1905. O personagem Zé Povo é figura constante e demonstra a ideia que os redatores tinham do povo brasileiro. Há uma intensa batalha política em torno da próxima eleição. As propagandas e a seção de moda dirigida e escrita por uma mulher podem despertar tanto questões sobre gênero quanto sobre história dos costumes. O acompanhamento das reformas do prefeito Pereira Passos em diversas fotos, charges, textos e anúncios, junto com a opinião da revista, são documentos ricos. Por esses motivos, foi necessária uma leitura cuidadosa de cada número aliada a um olhar histórico pensando em pesquisas que utilizaram essa e outras revista similares como fonte e objeto. Foram feitas também breves pesquisas para compreender assuntos que aparecem fragmentados.

### **Referências bibliográficas**

- DANTAS, Carolina Vianna. Tudo se continua no mundo: periódicos, intelectuais e cultura histórica. In: *Brasil “café com leite”*: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos. Niterói, 2007. p. 24-35
- GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação: A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia”. *Tempo*, n. 26, v. 13, 2008, p. 114.
- LUSTOSA, I. Humor e política na Primeira República. *Revista USP*, n. 3, p. 53-64, 30 nov. 1989.
- TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. República Velha II. In: *O traço como texto*: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001. (Coleção Papéis Avulsos, 38).

**Nome:** Cecília de Araujo Capetine Fiore

**Trabalho:** [Tipologia documental na base de dados internacional – Archives Nationales de la France](#)

**Curso/Instituição:** Arquivologia / Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Orientador:** Lúcia Maria Velloso de Oliveira

**Projeto:** Tipologia Documental na Família Barbosa de Oliveira

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** 2º de Julho de 2018 a 15º de agosto de 2019

A iniciação científica que foi concluída teve como propósito a pesquisa de espécies e tipos documentais na base de dados internacional do *Archives Nationales, de la France*. A finalidade deste estudo é contribuir com espécies e tipos documentais para o “Projeto de Tipologia Documental da Família Barbosa de Oliveira”. A averiguação na base de dados corresponde aos séculos XVIII e XIX, sendo este o período da maioria dos arquivos pessoais que compõem a Coleção Família Barbosa de Oliveira (CFBO). Dessa forma, foram identificados diversas espécies e tipos documentais numa planilha com categorias de informações que foram elaboradas em conjunto com a orientadora. O estudo possui como objetivos: identificar espécies e tipos documentais na base de dados internacional do *Archives Nationales, de la France*. A pesquisa está sendo realizada no site do *Archives Nationales, de la France*, no fundo *Archives de personnes, de familles, d’associations*, no grupo *Personnes et famille*. Existem 763 séries como resultados totais, das quais 530 séries correspondem aos séculos XVIII e XIX. Todas as 530 séries foram estudadas individualmente, e seus respectivos dados são incluídos numa tabela. As categorias de informações que compõem a tabela são: numeração, título, datas, termos encontrados, observações e URL. Com esta pesquisa muitas espécies e tipos documentais foram identificados, e contribuíram para estabelecer um parâmetro como foram batizados arquivos pessoais em uma instituição de referência.

### **Referências bibliográficas**

ARCHIVES NATIONALE (France). *Salles des inventaires virtualles. Parcourir les fonds. Archives de personnes, de familles, d’associations. Recherche par fond et collection*. Disponível em: <[https://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr/siv/recherche\\_consultation/consultation/pog/consultationPog.action?pogId=FRAN\\_POG\\_05&existpog=true&preview=false](https://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr/siv/recherche_consultation/consultation/pog/consultationPog.action?pogId=FRAN_POG_05&existpog=true&preview=false)>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Inventários da Coleção Família Barbosa de Oliveira*. Rio de Janeiro, 2012. v. 1-4.

\_\_\_\_\_. *Glossário de tipos documentais*. Rio de Janeiro: 2017.

\_\_\_\_\_. Projeto Tipologia Documental na Família Barbosa de Oliveira. *Relatório de bolsistas*. Rio de Janeiro: 2016-2017.

\_\_\_\_\_. Projeto Tipologia Documental na Família Barbosa de Oliveira. *Relatório de Reuniões*. Rio de Janeiro, 2015-2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. (Org.). *A coleção família Barbosa de Oliveira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. (Orgs.). *Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

**Nome:** João Paulo Alves Barreto

**Trabalho:** [Construção de Trajetória dos Usos das Viaturas do Acervo do Museu Casa de Rui Barbosa: um caminho para a transposição didática](#)

**Curso/Instituição:** Curso de Museologia – UNIRIO

**Orientadora:** Márcia Pinheiro Ferreira

**Projeto:** Construção de Trajetória dos Usos das Viaturas do Acervo do Museu Casa de Rui Barbosa: um caminho para a transposição didática

**Fonte de financiamento:** FCRB

**Período:** outubro de 2018 a julho de 2019. 1º ano.

### **Objetivos do projeto**

Elaborar um projeto expográfico, para a antiga cavalaria de Rui Barbosa, que ofereça ao público uma fruição segura ao acervo, com conteúdo histórico consistente, e da forma mais acessível possível.

### **Resultados alcançados no período**

Através do estudo empreendido até o momento, foi possível ampliar as informações sobre a trajetória singular de cada um dos exemplares musealizados, por meio da consulta a: transcrições dos depoimentos do Projeto Memória de Rui; publicações de memorialistas; algumas fontes documentais que não haviam sido consultadas anteriormente; publicações de discursos de Rui Barbosa; e publicações sobre Rui Barbosa em periódicos daquele contexto.

A revisão de literatura sobre o transporte de tração animal no final do século XIX e início do XX foi relevante ao ajuste de terminologia e à compreensão da controvérsia em relação à documentação histórica. A revisão de literatura sobre expografia levou à seleção de uma tese sobre transposição expográfica como referencial teórico desta etapa da pesquisa, ao verificar que expressiva parcela dos mais recentes artigos, sobre projetos expográficos, adotavam Marília Xavier Cury como referência.

Ao final deste primeiro semestre de pesquisa, foi possível avaliar a forma como o conjunto de viaturas está exposto na garagem histórica e abrir as negociações de parceria para viabilizar a execução das propostas de revisão expográfica que virão a ser sugeridas, nas etapas seguintes.

### **Referências bibliográficas**

BANDEIRA, Carlos Viana. *Lado a lado de Rui (1876- 1923)*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/xmlui/handle/20.500.11997/9039>. Acesso em: 5 jul. 2019.

COSTA, Antônio Joaquim da. *Rui Barbosa na intimidade*. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 1949. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/123456789/4792>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CURY, Marília Xavier. *Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/259866616\\_Comunicacao\\_Museologica\\_-\\_Uma\\_Perspectiva\\_Teorica\\_e\\_Metodologica\\_de\\_Recepcao](https://www.researchgate.net/publication/259866616_Comunicacao_Museologica_-_Uma_Perspectiva_Teorica_e_Metodologica_de_Recepcao). Acesso em: 5 jul. 2019.

CARNEIRO, Luciano. Eu fui cocheiro do Rui. *Revista da Semana*, n.33, ano 58, p. 37-38, 16 ago. 1958. Entrevista concedida a Sebastião de França. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/025909\\_05/27219](http://memoria.bn.br/DocReader/025909_05/27219). Acesso em: 24 jun. 2019.

VILLAÇA, Antônio Carlos. O ninho da Águia de Haia (em *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1973). In: *Rui, sua casa e seus livros*. Edição Comemorativa do Cinquentenário de Inauguração da Casa de Rui Barbosa (1930- 1980). Rio de Janeiro: FCRB, 1980. p.165-175.

MHN. *Catálogo geral do Museu Histórico Nacional de 1924*. Rio de Janeiro: MHN, 1924.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. Os Transportes no Segundo Reinado. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. 1975. *Anais do Museu Histórico Nacional*. v. 26, p.77-121. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/MHN/15320>. Acesso em: 5 jul. 2019.

REIS, Claudia Barbosa. *Memória de um jardim: estudo do acervo do Museu Casa de Rui Barbosa* n. 6. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2011.

### Referências documentais

CASA DE RUY BARBOSA. *Ofício nº124, de 03 de setembro de 1936*, da Casa de Ruy Barbosa ao MHN. MHN/C 74/74, processo nº3/36, documento nº8.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades em 1936*. FCRB/DA 08 101 (09)

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades em 1940*. FCRB/DA 08 104 (13)

\_\_\_\_\_. Conjunto de cartas, 1940. FCRB/DA 194 794

\_\_\_\_\_. Conjunto de cartas, 1941-1966. FCRB/ DA 186 766 (43) 5.7.1

\_\_\_\_\_. Comunicações internas, 1989. FCRB/ DA 198 812 (4)

\_\_\_\_\_. Comunicações internas, 1989. FCRB/ DA 198 649 5.7.3.4

FCRB. Transcrição de entrevistas. *Projeto Memória de Rui*. MCRB/arquivo corrente.

SOTÃO. *Dossiê: restauração das viaturas de tração animal e museografia da garagem histórica*, 03 de fevereiro de 2000. FCRB/AP69 1.3.1

**Bolsista:** Carla Oliveira

**Trabalho:** [Minha experiência no projeto \*Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa\*](#)

**Curso/Instituição:** Letras (Português/Literatura) – UERJ

**Orientador:** Laura do Carmo

**Projeto:** Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa

**Fonte de financiamento:** Fundação Casa de Rui Barbosa

**Período:** agosto 2018 a julho de 2019. 3º ano

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre minha participação no projeto “Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa”, de março de 2017 a agosto de 2019, destrinchando todas as etapas que envolvem o trabalho, além das imprevisibilidades e dificuldades do caminho.

O projeto foi apresentado pela pesquisadora Laura do Carmo em 2016 e tem como propósito buscar originais e primeiras edições de textos de Rui Barbosa para publicação de tomos inéditos da coleção, que teve início na década de 1940.

As Obras Completas de Rui Barbosa são divididas em 50 volumes, que por sua vez são organizados em tomos, e cada volume corresponde a um ano de vida pública de Rui. Há também particularidades, quando, por exemplo, nos deparamos com um ano profícuo, como 1889 (Proclamação da República), que se desdobra em oito tomos.

Quando retomamos essa empreitada, em setembro de 2016, tínhamos 139 tomos já publicados (atualmente são 144), restando 25 a serem preparados por nós para, então, entrarem em processo de edição, conteúdo que pode ser reduzido para 12. Tal medida deve-se à ocorrência de textos que já foram publicados anteriormente ou que têm seu paradeiro ainda indefinido, além da existência de materiais pouco extensos, que podem ser condensados em outros tomos.

Até o presente momento, trabalhamos em 17 tomos, número que pode parecer modesto diante da grandiosidade da produção intelectual de nosso autor, mas que possibilitou o contato com os inúmeros mundos por onde Rui transitou, deparando-nos, conseqüentemente, com as diferentes linguagens de seus textos jurídicos, políticos, jornalísticos, entre outros.

As fontes, documentos preciosos e pontes para esses vários mundos de Rui, também são as mais diversas possíveis. Ao longo do caminho, íamos através de manuscritos, periódicos antigos, anais do Senado, cada um reservando uma aventura

diferente de acordo com seus respectivos suportes: livros, recortes de jornais, acervos digitais, entre outros.

O tratamento dessas fontes também é uma etapa importante do processo. Cada texto de Rui tem sua história única e particular, podendo o mesmo texto ter sido publicado em dois jornais distintos, em datas espaçadas e também possuir uma versão manuscrita. Por isso, a tarefa, sob a supervisão de nossa orientadora, envolve a análise de série de questões no que tange à escolha da fonte, como o estado de conservação, a qualidade, até mesmo a confirmação de sua autoria. Portanto, as buscas estão sujeitas a uma série de vicissitudes, o que torna o trabalho com cada texto uma viagem imprevisível.

### **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Emanuel. *Publicação de documentos históricos*. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1985.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Roteiro das obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1974. 2 v.

**Nome:** Ana Carolina da Silva Duarte

**Trabalho:** [Rui Barbosa: entre leituras e memórias](#)

**Curso/Instituição:** História – Universidade Federal Fluminense

**Orientadora:** Laura do Carmo

**Projeto:** Levantamento de fontes e transcrição de textos das Obras Completas de Rui Barbosa.

**Fonte de financiamento:** CNPQ

**Período:** agosto 2018 a julho 2019. 2º ano

O trabalho a ser apresentado irá analisar alguns pontos da trajetória política de Rui, pensados a partir do contato com seus textos por meio da participação no projeto, e evidenciará reflexões suscitadas pela bibliografia sobre o pensamento e ações de Rui. Visto que sua atuação política tem inúmeras faces, envoltas nas complexas teias dos diferentes períodos históricos em que viveu, vou focar dois períodos: os primeiros (1868 a 1888) e os últimos anos (1916 a 1919) de sua trajetória política. Da primeira fase, destacarei a atuação de Rui nas questões da abolição e da reforma eleitoral. Na segunda fase, me valerei de análises de autores como Christian Lynch e San Tiago Dantas, que trazem à tona um momento em que Rui observa os desdobramentos do início da República e reflete sobre sua atuação.

A abolição e a reforma eleitoral referem-se ao período da Monarquia. Para pensar melhor a institucionalidade e o expoente potencial de Rui, é importante matizar a atuação do “jovem Rui”, como bem nos mostra José Almino de Alencar. Esses dois pontos (reforma eleitoral e abolição) são “pontas de lança” do Partido Liberal no momento em que Rui se junta a ele, em meio a arranjos políticos, a trocas de gabinetes e ao conservadorismo que perdurava no governo desde 1868.

José Almino nos mostra que a estas “pontas de lança” juntam-se os primeiros ideais republicanos expressos no periódico *O Radical Paulistano*, e que a crítica ao poder moderador evolui para a demanda pela sua extinção. Rui, neste contexto, não defende enfaticamente uma posição, até, em 1870, adotar uma postura que considerava mais realista. A partir desse espectro, ele encara a chamada “questão servil”, que, no entanto, fica fora de pauta a partir do momento em que se institui a lei do Ventre Livre, de 1871.

Assim, entra em cena a questão da eleição direta, uma pauta em que Rui também tem atuação marcante. Na ocasião foi convocada uma constituinte, que se propunha a reformar somente os artigos que tangiam a questão eleitoral. Inicialmente, o voto seria restrito aos letrados, e a renda para votação seria aumentada. Neste contexto, o realismo político de Rui fica explicitado, pois ele reforça o ponto de vista do governo, numa ávida defesa do gabinete liberal que estava no poder. Para se alcançar um governo justo, Rui considerava as reformas

(eleitoral, judiciária e de instrução, administrativa, principalmente a abolição da escravidão) um mecanismo para reordenar as instituições brasileiras, de forma a visar a ordem nacional, sem que houvesse o elemento de subversão

Através de breve análise dessas atuações políticas, pretendo chegar a algumas reflexões sobre as muitas leituras e construções de memórias realizadas sobre a figura de Rui. Lynch avalia que após a ruína da Monarquia, o Rui Barbosa republicano se converte em um democrata utópico. O realismo na arena política, a necessidade de preservar a ordem levam Rui à busca de uma prática constitucional cotidiana. Conhecendo o modelo político do início da República, a limitada “impregnação” das suas ideias na prática deste nascente sistema pode ser entendida através dos conflitos em conceitos fundamentais, como por exemplo, o termo “conservadorismo republicano”. Para Rui, ele significava que se deveria buscar preservar as ideias liberais, o modelo de uma democracia liberal. Já para os chamados republicanos históricos, como Campos Sales, “conservar” significava consolidar, mantendo um viés oligárquico no novo regime republicano.

Para ilustrar esse balanço, estabelecerei relação com um documento de Rui, escrito em 1916, que faz parte de um tomo ainda inédito das Obras Completas. O seu título é “Revisão ou revolução”. Como buscarei mostrar, ao explicar a sua definição dos conceitos, Rui também se define enquanto intelectual e enquanto atuante político. Sua obra ecoa sua sensibilidade em entender o seu entorno histórico e em buscar a instrumentalização nessa realidade das suas ideias

### **Referências bibliográficas**

- ALENCAR, José Almino de. O jovem Rui: perseguindo a política. In: MAGALHÃES, Rejane de Almeida; SENNA, Marta de (Org.). *Rui Barbosa em perspectiva: seleção de textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007. p. 11-35.
- DANTAS, San Tiago. Rui Barbosa e a renovação da sociedade. *Rui Barbosa: escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa: Nova Aguilar, 1995. p. 55-69.
- LAMOUNIER, Bolívar. Rui Barbosa e a construção institucional da democracia brasileira. Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 49-127.
- LYNCH, Christian. A utopia democrática: Rui Barbosa entre o Império e a República. In: MAGALHÃES, Rejane de Almeida; SENNA, Marta de (Org.). *Rui Barbosa em perspectiva: seleção de textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007. p. 37-66.

**Bolsista:** Danielle Cruz

**Trabalho:** [O processo de escrita de Rui Barbosa](#)

**Curso/Instituição:** Letras (Português/Japonês) – UERJ

**Orientador:** Laura do Carmo

**Projeto:** Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa

**Fonte de financiamento:** FAPERJ

**Período:** julho 2018 a julho de 2019. 1º ano

Nosso trabalho visa investigar o processo de escrita de Rui Barbosa. Levantamos uma hipótese sobre o assunto a partir de anexos e anotações extras junto aos originais do autor no texto "Juízo Arbitral", que integra o tomo 3 do volume 44, de 1916, que transcrevemos para as Obras Completas. Os papéis são referências, que parecem ser das citações usadas no texto. Faria Rui as notas de referência antes de escrever o texto com as citações que usaria para embasar sua argumentação? Poderiam ser também referências bibliográficas? Para pesquisar mais a respeito, está sendo feito o levantamento dos livros citados nesse anexo para conferir:

- 1) se as referências estão sendo feitas corretamente
- 2) se há algum tipo de marcação nos livros de Rui
- 3) se são de fato citados no texto.

Para averiguar se a hipótese se sustenta também estamos pesquisando seu acervo. Rui possuía uma vasta biblioteca que usava principalmente para consulta – tanto de assuntos jurídicos, com constituições de diversas partes do mundo quanto para assuntos linguísticos, com dicionários e clássicos literários que usava para conferir estruturas e sinônimos. Se dependesse de bibliotecas alheias, provavelmente não teria sido capaz de produzir a quantidade de material que produziu, já que trabalhava durante o dia inteiro, as vezes muito cedo pelas manhãs e tarde da noite.

Por fim, pretendemos comentar ainda sobre o trato dos documentos. Os originais de Rui são escritos de forma caprichada. Sua letra é quase sempre uniforme, utiliza canetas em duas cores para grifos. Pouca ou nenhuma rasura. Em "Juízo Arbitral" poucas mudanças significativas do original para o artigo no jornal, a maioria, tem a ver com a forma do texto e adaptação para a mídia impressa e pouco com seu conteúdo.

### **Referências bibliográficas**

CARMO, Laura do, Marcas de leitura de Rui Barbosa. *Escritos*: revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 5, n. 5, 2011. p. 121-137.

LACERDA, Virgínia Cortes. *Rui Barbosa: escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1995.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Roteiro das obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1974. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Rui, sua casa e seus livros*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1980.

**Nome:** Breno Pagoto de Oliveira;

**Trabalho:** [Modos e modas por debaixo das anáguas: moralismo, higienismo e patriotismo nos escritos de Corina Coaraci](#)

**Curso/Instituição:** História/Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Orientador:** Eliane Vasconcellos

**Projeto:** Corina Coaraci, uma revisão que se impõe

**Fonte de financiamento:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

**Período:** agosto de 2018 a julho de 2019. 1º ano.

O projeto de pesquisa, *Corina Coaraci: uma revisão que se impõe*, tem por objetivo reunir e divulgar, fundamentado na ecdótica, a obra desta escritora do final do século XIX, que se caracteriza essencialmente por sua atuação como jornalista. Para tanto, desde 2015, as publicações de Corina vêm sendo identificadas, transcritas e anotadas a partir da documentação periódica, principalmente, disponível na Biblioteca Nacional.

No início de sua carreira, entre 1884 e 1885, a autora se dedicou, dentre outras contribuições, à coluna *Modos e Modas, Usos e Costumes*, do periódico *A Folha Nova*. Esta publicação foi pesquisada com grande ênfase neste primeiro ano de bolsa e, por este motivo, foi escolhida para ser abordada na 14ª Jornada de Iniciação Científica. A coluna em questão destinava-se principalmente aos comentários sobre tendências de vestimenta e decoração de interiores. Entretanto, ainda que a contragosto de muitas leitoras, Corina insistia em revelar temáticas de cunho moralista, higienista e patriótico.

Deste modo, este artigo se propõe a analisar as reflexões moralistas sobre vida conjugal, educação dos filhos e religião; reflexões sobre práticas cotidianas de saúde e higiene, que integraram um debate muito caro ao final do século XIX, devido aos avanços da medicina e da saúde pública; bem como uma série de críticas ao consumismo; e, por fim, a postura patriótica da autora, que valorizava os produtos nacionais e recusava tendências europeias inadequadas ao clima tropical, o que representa uma postura inédita no contexto de uma imprensa que exaltava cegamente os referenciais franceses e ingleses, encarados como sinônimo de civilização.

### **Referências bibliográficas**

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa - Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

- BARTHES, Roland. **Sistema da moda**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro - século XIX**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FRASER, W. Hamish. The Coming of The Mass Market, 1850-1914. Brighton and Hove: Edward Everett Root Publishers Co. Ltd, 2017.**
- FREYRE, Gilberto. **Modos de homem e modas de mulher**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- KURY, Lorelai Brilhante. **O império dos miasmas**. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói., 1990.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- MELLO E SOUZA, Gilda de. **O espírito das roupas: a moda no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- PINHO, Wanderley. **Salões e damas no Segundo Reinado**. 4. Ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970.
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções - Rio de Janeiro, século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- WILIAMS, Rosalind H. **Dream Worlds: Mass Consumption in Late Nineteenth-Century France**. Berkeley: University of California Press, 1992.

**Nome:** Lucas Sampaio Costa Souza

**Trabalho:** [Quem são os coautores da \*Obra Nova da Língua Geral de Mina: entendendo o conceito de Gbe\*](#)

**Curso/Instituição:** História / Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Orientadora:** Ivana Stolze Lima

**Projeto:** História social das línguas africanas no Brasil: a língua de Angola e a língua Mina

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** agosto de 2018 a julho de 2019. 1º ano

Nascido de um diálogo entre a história social da escravidão no Brasil e a história da África, o projeto de pesquisa *Conhecimento, registro e uso das línguas africanas no Brasil: a língua de Angola e a língua geral de Mina* visa investigar a dimensão histórico-social da circulação e uso de línguas africanas no Brasil, sendo a questão das trocas e a reconstrução de vínculos de comunidade entre os próprios africanos uma de suas preocupações. Desta forma, partindo do pressuposto teórico de coautoria do documento analisado, *Obra nova da língua geral de mina*, a pergunta que encaminhou esta apresentação é sobre quem são os africanos mina falantes da língua registrada por Antônio da Costa Peixoto que, escravizados, foram trazidos do atual Golfo do Benim para a região mineradora de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Por meio deste problema, é que se propôs a abordagem da história daqueles africanos e um exame da categoria que os nomeia, a categoria mina.

O percurso trilhado foi um estudo das referências bibliográficas da pesquisa não só sobre o tráfico de escravizados na então Costa da Mina e a escravidão na Minas Gerais oitocentista, mas também sobre os aspectos linguísticos daquela região. Em meio a este percurso, mostraram-se de grande relevância alguns conceitos mobilizados por pesquisadores do tema, como o de *denominação metaétnica*, mas, sobretudo, o de *Gbe*. Este último refere-se à língua formada por cinquenta e uma variações intercompreensíveis faladas pelas diferentes etnias que habitam o espaço entre Gana e Nigéria, região historicamente conhecida como Costa da Mina. Tal nomenclatura foi proposta pelo linguista Hounkpati Capo a fim tanto de normatizar um nome para a língua quanto de resgatar o valor cultural das diferentes etnias que a falam.

Desta maneira, o trabalho levado a cabo foi o de entender quem são os africanos falantes da língua *gbe*, os mina *gbe-falantes*, em relação com um aspecto decisivo para a contextualização histórico-social do manuscrito de Peixoto, a ideia de uma língua geral de mina. Sabe-se que mina é uma das nações africanas criadas no contexto do tráfico de escravizados. Estas nações partiam da própria experiência de centralização político-

administrativa dos europeus e eram projetadas sobre os territórios africanos em que atuavam a fim de assinalar um conjunto de grupos étnicos relativamente vizinhos, com uma comunidade de traços linguísticos e culturais, podendo ser classificada como uma *denominação metaétnica*. Neste sentido, a categoria mina não foi uma denominação pensada pelos membros do grupo nomeado para identificar-se. No entanto, se, por um lado, mina foi uma denominação externa, por outro, ela foi reapropriada internamente pelos africanos a partir de um processo de intercâmbio cultural e conflito que envolve uma série de condicionantes. No caso dos africanos da Costa da Mina, destaca-se o fator linguístico. Isto porque a história desta região, a *área gbe-falante*, esteve marcada por uma profusão de migrações que resultaram na já mencionada unidade cultural e linguística *Gbe*.

No período estudado, a disputa por mão de obra escravizada na região encontra-se acentuada entre os poderes imperiais, como Portugal, França, Inglaterra e Holanda. Sob a bandeira de Portugal, destaca-se a atuação dos traficantes baianos, responsáveis pela construção do Forte de Uidá. Este, por sua vez, teve suas operações alavancadas a partir da conquista do Reino de Aladá por parte do Reino do Daomé e a consequente afirmação de seu poderio. Foi neste contexto histórico que os africanos mina *gbe-falantes* foram capturados e trazidos para o Brasil, tendo como um dos destinos a região mineradora. Lá, a partir de um processo dialógico e de contraste cultural marcadamente condicionado pela intercompreensão linguística oriunda da *área-gbe*, estes africanos, em sua maioria membros dos cinquenta e um diferentes grupos étnicos mencionados, empreenderam uma reformulação de vínculos que os tornou conhecidos, nos termos desta comunicação, como os falantes da língua geral de mina, registrada, em 1731, pelo escrivão e juiz de vintena português Antônio da Costa Peixoto.

### **Referências bibliográficas**

*Alguns apontamentos da lingoa minna com as palavras portuguezas correspondentes*. Por Antônio Da Costa Peixoto em 1731. (Biblioteca Nacional de Lisboa, seção de reservados).

CAPO, Hounkpati B. Conclusion. In: *A comparative phonology of Gbe*. Nova York: Foris Publication, 1991.

\_\_\_\_\_. Introduction. In. *A comparative phonology of Gbe*. Nova York: Foris Publication, 1991.

SILVA, Carlos. Interações atlânticas entre Salvador e Porto Novo (Costa da Mina) no século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, p.1-41, 2017.

LIMA, Ivana Stolze. A voz e a cruz de Rita: africanas e comunicação na ordem escravista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 79, 2018.

PARÉS, Luis Nicolau. Entre duas costas. In: *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. O pai, o rei e a morte. In: *O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 43-58.

SOARES, Mariza. Introdução. In: SOARES, Mariza. *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2011.

**Nome:** Ana Luíza Guimarães Ribeiro

**Trabalho:** [A produção do conhecimento sobre as línguas Gbe: uma comparação entre Antônio da Costa Peixoto \(1731/1741\) e Maurice Delafosse \(1894\)](#)

**Curso/Instituição:** História – licenciatura/ Universidade Federal Fluminense

**Orientadora:** Ivana Stolze Lima

**Projeto:** História social das línguas africanas no Brasil: a língua de Angola e a língua Mina

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** agosto de 2018 a julho de 2019, 1º ano

A língua documentada nos vocabulários de Antônio da Costa Peixoto *Alguns apontamentos da lingoa minna com as palavras portuguezas correspondentes* (1731) e *Obra Nova da Lingoa Geral de Mina* (1741) foi identificada por Yeda de Castro como pertencente ao grupo Gbe, predominantemente do Fon. A partir desse trabalho com as obras de Peixoto foi percebida a necessidade de realizar um estudo mais direcionado para outras obras que também se dedicassem às línguas do grupo Gbe. Para entender melhor como foi desenvolvido o conceito de línguas Gbe, discutimos o trabalho de Hounkpati Capo, *A comparative Phonology of Gbe*, que estabelece a importância desse conceito contemporâneo, que traz um novo entendimento para as denominações anteriores que teriam perspectivas mais parciais e particulares, em geral fruto das diferentes experiências históricas dos países colonizadores. Outra leitura próxima ao tema, e que será o foco mais específico deste trabalho, é do *Manuel Dahoméen: Grammaire – Chrestomathie, Dictionnaire Français-Dahoméen et Dahoméen-Français*, desenvolvido pelo etnólogo Maurice Delafosse em Paris no ano de 1894.

Utilizando nomenclaturas diferentes, que são resultado de experiências históricas específicas, essas obras têm em comum a documentação de línguas muito próximas, pertencentes ao grupo Gbe. Os vocabulários de Peixoto e o *Manual Daomeano* podem ser analisados como documentos históricos, inseridos no amplo processo de gramatização das línguas do globo, processo relacionado à colonização, conquista e escravização levado a cabo por Estados europeus durante a era moderna e contemporânea, tal como conceitua Auroux. Segundo esse autor, o processo de gramatização consistiu na produção de instrumentos linguísticos (listas de palavras, vocabulários, dicionários ou gramáticas) dedicados às línguas de diferentes povos do globo. O trabalho específico com o *Manual Daomeano* tem como propósito utilizar esta obra como uma referência para aperfeiçoar a compreensão dos vocabulários de Antônio da Costa. Assim como Peixoto, Delafosse ocupa o lugar de uma espécie de autoridade colonial. O primeiro enquanto escrivão e juiz da vintena e o segundo como administrador colonial e professor na Escola Colonial. Pretendemos compreender a forma como Delafosse elabora um

conhecimento sobre a língua daomeana e sobre o grupo Gbe, por ele entendido como família éoué, e por último pensar sobre como ocorrem os diálogos entre os autores e seus informantes. Para alcançar esses objetivos, utilizamos como metodologia uma análise acerca da produção de Delafosse sobre o alfabeto, pronúncia e ortografia, permitindo uma melhor compreensão do processo de formação das palavras. Estudamos a tabela elaborada pelo autor, que coloca lado a lado as línguas da família éoué, onde foi possível perceber a proximidade dos termos das diferentes línguas, e realizamos uma busca de termos específicos no dicionário francês-daomeano e daomeano-francês que também aparecessem nos vocabulários de Peixoto. Esse olhar sobre a dimensão linguística da sociedade escravista permitiu um aprimoramento da nossa compreensão das formas de contato, relações e comunicações que eram desenvolvidas entre os colonizadores e os africanos escravizados. Dessa forma o uso da produção de Maurice Delafosse nos ajuda na percepção do papel dos vocabulários, dicionários e gramáticas enquanto objetos de conhecimento histórico.

### **Referências documentais e bibliográficas**

- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da Unicampii, 1992.
- CAPO, Hounkpati. *A comparative phonology of Gbe*. Berlin: De Gruyter Mouton, 1991.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2002.
- DELAFOSSÉ, Maurice. *Manuel Dahoméen: Grammaire – Chrestomathie – Dictionnaire Français-Dahoméen et Dahoméen-Français*. Paris: Éditeur Ernest Leroux, 1894.
- PEIXOTO, Antonio da Costa. Alguns apontamentos da lingua minna com as palavras portuguezas correspondentes. 1731. Manuscrito, Biblioteca Nacional de Lisboa
- \_\_\_\_\_. *Obra Nova da Lingua Geral de Mina*. 1741. Manuscrito, Biblioteca Pública de Évora.

**Nome:** Jheniffer Ribeiro

**Título do trabalho:** [Rui Barbosa: abolição e liberalismo.](#)

**Curso:** História - Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Orientador:** José Almino

**Projeto:** Três gerações de 1870: Rio Branco, Rui e Nabuco. Uma biografia

**Fonte de financiamento:** CNPq

**Período:** setembro de 2017 a agosto de 2019, 2º ano

Construir uma narrativa sobre personagens políticos é uma tarefa que envolve acontecimentos diversos e, por isso, os esforços empreendidos em escrever uma biografia política possibilita que o trabalho de quem se propõe a investigá-la para dar um ornamento a sua trajetória, e a partir dela observar os contextos e as causalidades dos acontecimentos, desenvolva muitas possibilidades de análise. Partindo, então do projeto: “Três gerações de 1870: Rio Branco, Rui e Nabuco. Uma biografia”, que já investigou a atuação política do personagem Joaquim Nabuco com relação à questão sobre a abolição da escravatura e a constituição de um abolicionismo brasileiro, pontuando suas contradições, complexidades e personagens diversos, agora, segue com atenção voltada para o personagem de Rui Barbosa, investigando seu pensamento liberal e seus resquícios em suas atuações públicas.

Rui Barbosa não foi um pensador sistemático, não voltou seu trabalho para a elaboração de teorias sobre a condição nacional a partir de suas influências teóricas, mas fez política e jornalismo, foram nesses âmbitos que suas concepções liberais apareceram. Modelo que ele acreditava ser o ideal para a resolução das questões da nação, importa dizer que o liberalismo ruiano, é produto do contexto político em que ele cresceu. Naquele momento a nação caminhara para a extinção da escravidão com a promulgação da lei de 1850 -, havia uma expansão econômica e a sensação de uma pacificação política, depois da passagem dos anos de chumbo. Assim, as discussões da nação estavam voltadas para a tentativa de seguir para o progresso, deixando para trás definitivamente seu passado de dependência política e econômica. Nesse sentido, sua atuação como jornalista foi marcada pela propagação dessas novas ideias, principalmente sobre a escravidão e o que tangia os direitos dos homens e sua liberdade.

É possível fazer essa correlação entre a política liberal de Rui e o abolicionismo, por meio da sua posição como político da ala liberal que criticou a Lei do Ventre Livre, ajudou na construção da Lei dos Sexagenários e ao redigir o texto da Reforma Dantas, principal tentativa de acabar com a escravidão institucionalmente. Dessa maneira, até a trajetória desenvolvida por esse projeto, o liberalismo aparece como um paradigma muito paradoxal para a compreensão da formação do Estado Brasileiro, pois apesar de ser visto como uma

alternativa para as reformas necessárias, nenhum gabinete liberal conseguiu a estabilidade necessária e apoio para a aprovação dessas medidas.

Por isso, minha comunicação tem seu foco em enunciar uma breve uma análise sobre a figura política de Rui Barbosa e a construção de seu liberalismo, buscando apontar sua atuação como jornalista e fazendo uma reconstituição de sua trajetória. Além disso, busco apontar para a relação de sua posição liberal com a iniciativa pela emancipação dos escravos.

### **Referências bibliográficas**

ALENCAR, José Almino de. *Uns e outros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2014.

MAGALHÃES, Rejane M. Moreira A. *As ideias abolicionistas de Rui*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. [199-?]. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB\\_RejaneMagalhaes\\_Ideias\\_abolicionistas\\_Rui.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_RejaneMagalhaes_Ideias_abolicionistas_Rui.pdf). Acesso em: jul. 2019

MARSON, Izabel Andrade. Liberalismo e escravidão no Brasil. *Revista USP*, São Paulo n. 17, p.102-113, 1993.